



**RELATÓRIO DE GESTÃO
E
CONTAS DE 2010**

Índice

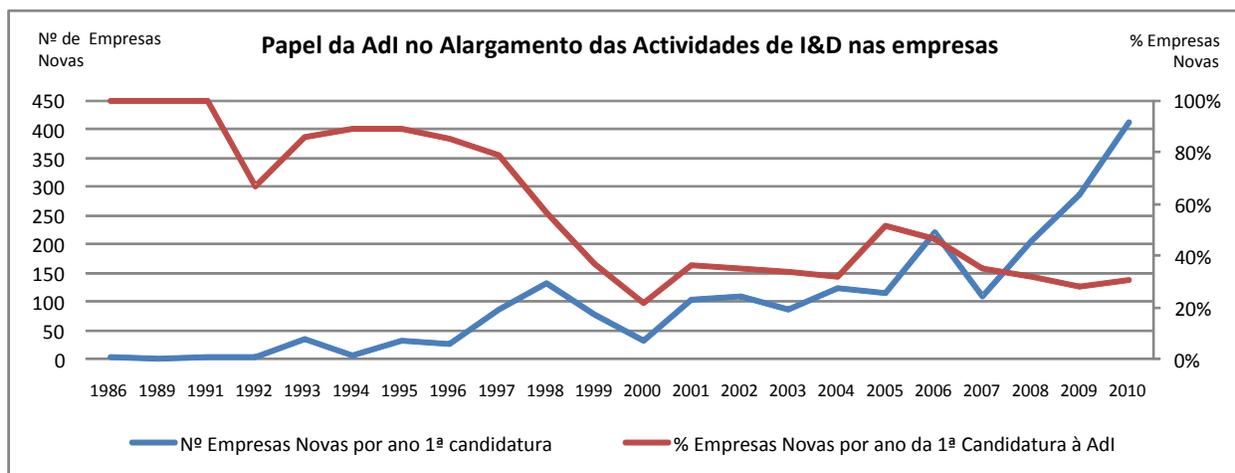
A – Relatório de Gestão	3
1. Criação de Condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial.....	4
2. Apoio à I&D Empresarial	11
3. Apoio à Internacionalização.....	13
4. Dinamização e apoio à Valorização de Resultados de I&D.....	15
ANEXO I.....	21
Proposta de Aplicação de Resultados.....	33
B – Contas de 2010	34
Demonstrações Financeiras.....	35
Anexos às Contas	36
Parecer do Fiscal Único	37
Certificação Legal das Contas.....	38

A – Relatório de Gestão

1. Criação de Condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial

A Adl – Agência de Inovação, SA, foi criada em 1993. Analisando as candidaturas aos Programas de Apoio que tem gerido desde então constatamos que foram apoiados 2236 empresas diferentes. O alargamento a novas empresas de I&D acelerou-se, particularmente, depois de 2005, ano a partir do qual dobra o número de empresas com estas actividades. O ano de 2007 é excepcional devido à situação de ano de transição entre QCAs.

Gráfico 1



Fonte: Adl

No entanto a percentagem de empresas novas, no conjunto das empresas que em cada ano se dirigem à Adl e vêm as candidaturas aprovadas, tem vindo a desacelerar nos últimos anos, sendo em 2010 da ordem dos 30%. Esta desaceleração do alargamento deverá reflectir o encerramento das “medidas habilitadoras” na Adl, que ajudaram a criar novas empresas (como o NEOTEC) ou, criavam condições para o desenvolvimento das actividades de I&D como o apoio à contratação de Doutores e Mestres,

contribuímos para a criação de núcleos de investigação. Também poderá reflectir também um progressivo esgotamento do potencial de alargamento no nosso actual tecido empresarial.

Quadro 1
**Evolução da Percentagem de Empresas que tiveram NITECs
 e que tiveram projectos de I&D posteriormente**

	Número de Candidaturas à AdI Posteriores ao NITEC		
	Não tiveram	Tiveram	Total
Relatório 2007	41%	9%	50%
Relatório 2008	20%	30%	50%
Relatório 2010	13%	37%	50%

Fonte: AdI

É de assinalar que o efeito de uma “medida habilitante”, como os NITEC, não pode ser medida no início da colocação dos Recursos Humanos, que foram colocados para fortalecer a capacidade de investir na I&D.

Em 2007 a maioria das empresas (41 em 50) que tinham beneficiado do apoio à criação de um NITEC e que não tinham actividades de I&D conhecidas pela AdI, ainda não tinham apresentado candidaturas a programas de apoio à I&D da AdI.

Todavia, em 2010 a situação já tinha mudado radicalmente, só subsistindo 13% das empresas com NITECs que ainda não apresentaram projectos de I&D.

Passou-se uma situação similar com as empresas que tiveram Doutores e Mestres aprovados. Em 2007, 42% ainda não tinham apresentado candidaturas a apoios à I&D, enquanto em 2010 esse valor já tinha baixado para 28%.

O desfasamento temporal necessário para surgirem os efeitos dos programas “habilitantes” também é evidente claro no caso da principal medida que gerimos para apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica (NEOTEC).

Quadro 2

Número de candidaturas, a Programas de Apoio à I&D, posteriores ao Neotec

Ano Constituição Empresas Neotec	Com candidaturas (%)
2005	70%
2006	65%
2007	61%
2008	53%
Total	60%

Fonte: AdI

Vemos no Quadro 2 que, em média, 60% das empresas criadas com o apoio do NEOTEC se candidataram, posteriormente, a medidas de Apoio à I&D (como o Programa Ideia ou a medida de apoio à Co-promoção do QREN). Como ressalta do Quadro essa percentagem é superior nas empresas que se constituíram há mais tempo (70%) sendo inferior nas constituídas no último ano (53% em 2008). Estes dados permitem esperar que nos próximos anos aumento do número das empresas que procuram fazer I&D.

É de sublinhar que temos continuado a usar os mecanismos de que dispomos para alargar, ainda mais, o grupo das empresas nacionais com actividades de I&D, convencidos de que ainda há margem para esse objectivo. É também evidente que a percentagem das empresas novas com I&D, no total, tenderá a diminuir, na medida em que as que se iniciaram nas actividades de I&D tendam a recandidatar-se com novos projectos aos programas de apoio.

Entre as medidas que ainda contribuem para o alargamento por introdução de Recursos Humanos altamente qualificados destacamos quatro:

- A Bolsa de Emprego “deGrau Científico”, através da qual estão em divulgação mais de 2.269 perfis;
- A dinamização da medida de apoio aos “Doutoramentos Empresariais”;
- A dinamização, selecção e supervisão de bolseiros nas três grandes instituições científicas internacionais de que Portugal é Estado membro: CERN, ESA e ESO. Deste instrumento foi em 2010 feito um balanço cujos resultados estão publicados (<http://www.adi.pt/estagiosinternacionais.htm>);
- O apoio à mobilidade dos investigadores ao nível europeu com o programa EURAXESS.

As **Bolsas de Doutoramento Empresariais (BDE)** são também, uma medida proposta pela AdI no início do ano 2000. A sua aprovação é da responsabilidade da FCT, tendo a AdI vindo a apoiar a dinamização da sua divulgação junto das empresas.

Desde o início, em 2004, foram aprovadas pela FCT 242 Bolsas para Doutoramentos empresariais, não considerando as últimas 38 BDE, aprovadas mas ainda sem contrato assinado, temos as 204 analisadas no Quadro junto.

Considerando o ano de início das Bolsas, vemos que têm variado entre as 2 a 3 dezenas, com tendência para subir, se considerarmos que no último ano se iniciaram mais de 40 novas BDE.

Considerando a distribuição pelas Unidades de Ensino Superior que conferem o Grau de Doutoramento, constatamos que se destaca em primeiro lugar a Região Norte, com 38% do total (liderado pela Universidade do Minho), seguida das Universidades da Região de Lisboa com 35% (em que quase metade são da Universidade Técnica) e em terceiro lugar pela Região Centro, com 24%, com valores equilibrados entre as Universidades de Aveiro e Coimbra.

Quadro 3

BDE por Universidade que Concede o Grau de Doutoramento

Inst. que conf. GRAU	Início da Bolsa								Total	%
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010			
U. Minho	6	6	5	8	6	4	4	39	19%	
U. Porto		6	4	8	1	9	8	36	18%	
U. Católica	1				1			2	1%	
UTAD			1					1	0%	
U. Aveiro		4	3	4		6	5	22	11%	
U. BEIRA INTERIOR		2	1		3			6	3%	
U. Coimbra	1	4	1	4	3	4	4	21	10%	
ISCTE	1		1	1		1		4	2%	
U. Lisboa			1		1	2	4	8	4%	
UNL	1	7	1	6	1		9	25	12%	
UTL	1	8	7	4	4	5	6	35	17%	
U. ÉVORA				1			1	2	1%	
U. ALGARVE			1			1	1	3	1%	
Total	11	37	26	36	20	32	42	204	100%	

Fonte: AdI

Estas 204 Bolsas foram apoiadas por 137 empresas diferentes das quais, 29 apoiaram mais de uma Bolsa.

Verifica-se que três áreas de Doutoramento representam só por si mais de metade das BDE aprovadas: TIC, Química e Materiais.

Cerca de 80% das BDE envolvem empresas que também já participaram em projectos de I&D. De onde podemos inferir que este instrumento está mais a contribuir para o aprofundamento da I&D do que para o alargamento a novas empresas.

Quadro 4

Função da BDE na Política de I&D

Ano de Aprovação	Empresa Tem Proj de I&D na ADI		
	Tem	Não tem	Total
2004	75%	25%	100%
2005	82%	18%	100%
2006	83%	18%	100%
2007	67%	33%	100%
2008	81%	19%	100%
2009	72%	28%	100%
2010	83%	17%	100%

Fonte: AdI

Do Quadro 4 ressalta, com efeito, que a percentagem de empresas que apoiaram este tipo de Bolsas e têm outros investimentos em I&D, é muito elevado desde o início, ao contrário do que acontece com os outros programas “habilitantes” como os de apoio à contratação de Doutores e Mestres e à criação de Núcleos de I&D nas empresas.

Além destas medidas de intervenção pela dotação das empresas com Recursos Humanos altamente qualificados continuamos com a nossa actividade de intermediação e de divulgação de resultados que também têm um papel importante na sensibilização para as oportunidades e viabilidade do investimento na I&D.

Mantemos, como sempre fizemos, uma actividade de divulgação e explicação dos regulamentos para quem se quer candidatar às medidas de apoio geridas pela AdI. Fazemo-lo através de sessões públicas que realizamos quando abrem concursos, dirigidos quer às instituições de I&D, quer às empresas; através dos contratos telefónicos e pela internet; ou através de reuniões a pedido de consórcios que estão a preparar candidaturas. Com a complexidade crescente dos regulamentos e procedimentos esta linha de apoio tem-se vindo a tornar ainda mais importante.

Temos no entanto a noção de que a sensibilização para a necessidade de apostar na I&D como factor de competitividade se faz cada vez mais por vias indirectas. Através das **Redes de “interfaces”**, quer ajudámos a criar ao longo destas duas décadas, que têm os seus “nós”, quer nas universidades, quer no tecido empresarial através, nomeadamente, dos Centros Tecnológicos. Também, a ainda mais vasta rede, formada pelas empresas de “meios de produção” que pelo seu próprio interesse procuram envolver os seus clientes, como novos aplicadores. Mas a “energia” deste sistema é dada pela divulgação dos casos de sucesso, que demonstram às outras empresas como o no investimento em I&D, também em Portugal, pode ser o vector principal da competitividade.

Na **avaliação dos Sistemas de Apoio a Parques de C&T e Incubadoras de Base Tecnológica e Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas**, a AdI foi nomeada pelo Ministério da Economia e da Inovação como entidade competente para intervir aquando dos avisos de abertura dos concursos; na emissão de um parecer prévio; na apreciação do mérito das candidaturas.

Apresenta-se de seguida um Mapa com os Avisos de Abertura de Concurso publicados até Dezembro de 2010.

Quadro 5

Região	AAC	Sistema de Apoio	Nº Candidaturas apresentadas
Norte	IETIEFE/EEC/PA/1/2010	SAIECT	3
	IEFPCT&IEFIEBT/1/2010	SAPCTIEBT	1
	IETRIET/1/2009	SAIECT	1
	IETIEFE/1/2009	SAIECT	25
	IEFPCT/1/2008	SAPCTIEBT	7
	IEFIEBT/1/2008	SAPCTIEBT	8
	ET/1/2008	SAPCTIEBT	10
Centro	Centro-PCT-INC-2009-01	SAPCTIEBT	3
	Centro-ICT-2009-02	SAIECT	13 Inf.Tecnológ (70 Total)
Alentejo	Aviso n.º 1 SAPCT/SAICT	SAPCTIEBT / SAIECT	1

Nos Avisos da CCDR Norte, SAPCTIEBT ET/1/2008 e IEFIEBT/1/2008, em sede de análise do mérito a AdI pronunciou-se acerca do Critério B. Contributo para a Competitividade Nacional, classificando as candidaturas nos subcritérios B1 – Contributo para a emergência de actividades de alta intensidade tecnológica e B2 – Articulação com as Estratégias de Eficiência Colectiva de âmbito nacional. Já no SAPCTIEBT IEFPCT/1/2008, a AdI classificou as candidaturas no âmbito do Critério B. Contributo para a

competitividade nacional, mas nos subcritérios B1-Contributo para a emergência de actividades de alta intensidade tecnológica, B2-Capacidade de atracção de empresas com forte componente de I&D e de projectos âncora empresariais, B3- Atracção de IDE estruturante e B6- Articulação com as estratégias de eficiência colectiva de âmbito nacional.

Nos Avisos SAIECT IETIEFE/1/2009 e IETRIET/1/2009, a Adl classificou as candidaturas nos Critérios A. Qualidade Intrínseca da Operação, subcritério A1-Coerência e razoabilidade do projecto e subcritério A2-Impacto na capacidade tecnológica da entidade promotora (no caso de IETIEFE) ou subcritério A2-Racionalização (no caso de IETRIET) e B. Contributo para a Competitividade Nacional, Sub-critério B2. Contributo para o aumento da consolidação das capacidades nacionais de I&DT e inovação tecnológica. As candidaturas apresentadas ao abrigo dos Avisos publicados em 2010 em Dezembro ainda não tinham sido objecto de avaliação.

Nos Avisos publicados pela CCDR Centro, competiu à Adl classificar todos os critérios à excepção do Critério C. Contributo para a Competitividade Regional, sendo que, no caso de Concursos de Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas, só nos pronunciámos relativamente às Tecnológicas.

A candidatura objecto de reformulação e junção das inicialmente apresentadas ao único Aviso publicado pela CCDR Alentejo em 2010, recebeu da Adl um parecer sobre a pertinência do Programa Estratégico apresentado.

Das Candidaturas Apresentadas foram aprovadas:

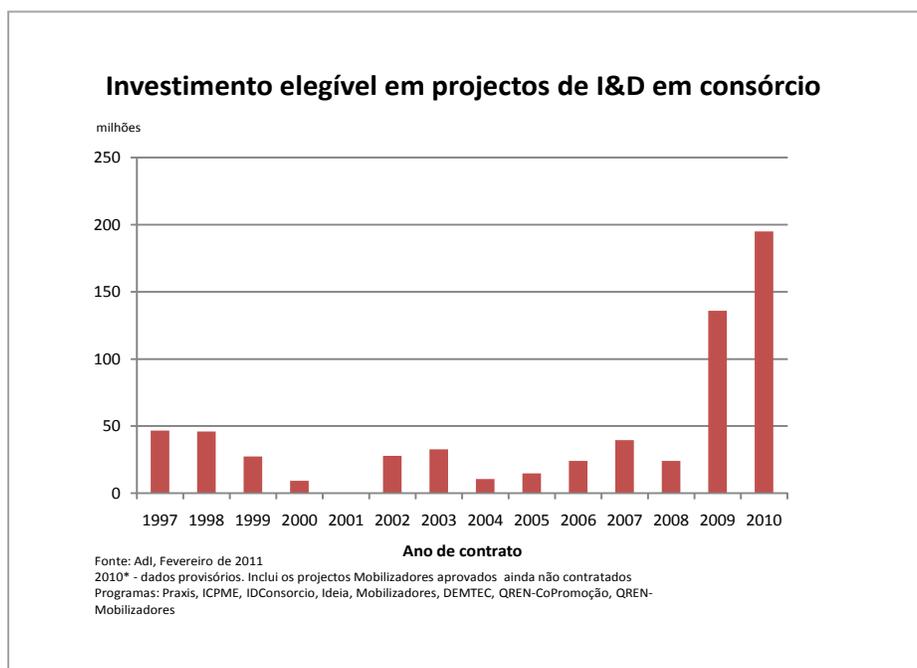
Quadro 6

Região	AAC	Nº Candidaturas aprovadas	Incentivo FEDER (€)
Norte	IETRIET/1/2009	1	1.186.820
	IETIEFE/1/2009	12	15.791.963
	IEFPCT/1/2008	1	3.195.090
Centro	Centro-PCT-INC-2009-01	3	45.512.930
	Centro-ICT-2009-02	12 Inf. Tecnológ. (35 Total)	14.881.951
Alentejo	Aviso n.º 1 SAPCT/SAICT	1	---

2. Apoio à I&D Empresarial

Os projectos de I&D em Consórcio continuaram a crescer de forma significativa se considerarmos além dos projectos em Co-promoção contratados, os projectos aprovados dos Mobilizadores, que se candidataram em 2010.

Gráfico 2



Os 714 projectos até agora avaliados dos primeiros 7 concursos de I&D em co-promoção no âmbito do QREN envolveram 2.188 promotores dos quais 1.136 empresas.

Quadro 7

Situação	Nº total de promotores	Nº de promotores empresas	% Empresas
Elegível	989	525	53%
Elegível Não Seleccionado	207	100	48%
Não Elegível	751	386	51%
Anulado	52	24	46%
Desistência	189	101	53%
Total	2188	1136	52%

Fonte: AdI

Até agora o nosso trabalho esteve fundamentalmente focado na avaliação e contratualização dos projectos e análise dos pedidos de pagamento. Em 2010 iniciaram-se, para os projectos de mais curta duração, os trabalhos de encerramento de projectos entretanto terminados. Temos vindo a propor medidas de simplificação que permitam acelerar a execução em termos financeiros e de implementação do acompanhamento efectivo e análise final dos resultados.

No final de 2010, 82% dos 334 projectos de co-promoção aprovados já tinham tido financiamento.

Mas importa por em destaque que 59% das ordens de pagamento diziam respeito a adiantamentos, que correspondiam a 76% do valor das ordens de pagamento. Isto significa que o trabalho de acompanhamento vai agora entrar numa fase ainda mais exigente. Nos projectos em co-promoção o volume do trabalho não está relacionado com o número de projectos, mas com o número de entidades que nele participam, que em média são cerca de 3 por projecto. O que quer dizer que está a haver análise e interacção com cerca de 1.000 entidades participantes. Nestes números não estamos ainda a considerar outros projectos já aprovados com destaque para os Mobilizadores, que têm um número muito superior de participantes em cada projecto, na casa das dezenas, além dos projectos de Programas internacionais como o EUROSTARS, que exigem participantes de outros estados-membro.

A par do recurso aos apoios financeiros, os apoios fiscais têm também crescido de forma acelerada em particular depois da reposição deste sistema de apoio, a partir do ano fiscal de 2006. Em 2009 ultrapassámos as 1.300 empresas diferentes que recorreram a este sistema desde a sua criação em 1997.



Fonte: Adl, Setembro 2010

3. Apoio à Internacionalização

IBEROEKA

Depois de um ano em que devido às mudanças na Rede não houve projectos aprovados, voltámos com sucesso a concentrar os esforços na dinamização de novos projectos, tendo sido certificados quatro novos projectos. Excepto um, são todos projectos com o Brasil e são liderados por Portugal.

Quadro 8

Participação Portuguesa em projectos IBEROEKA

Ano	Número de projectos certificados	Orçamento total anual de projectos com participação portuguesa (USD)	Investimento médio anual nacional* (USD)	Liderados por Portugal
1991	1	2.038.000,00		
1995	1	0,00		1
1998	1	1.967.328,00		0
1999	5	6.068.150,70	1.720.092,71	2
2000	6	6.292.968,00	2.320.500,00	3
2001	6	7.036.852,80	1.552.565,50	1
2002	6	2.731.292,00	1.177.240,00	5
2003	6	9.481.258,00	3.566.280,00	2
2004	4	4.292.801,00	1.135.801,00	1
2005	7	5.589.963,66	1.568.005,00	2
**2006	6	10.928.417,50	2.432.750,00	1
**2007	1	3.549.946,74	371.926,23	0
**2008	6	24.040.043,37	4.006.673,90	4
**2010	4	7.629.589,29	1.907.397,32	3
Total	60	91.646.610,86	21.759.231,66	25

Valor médio anual de investimento nacional em projectos IBEROEKA (considerado de 1999 a 2010 em USD):	1.978.111,97
---	--------------

*Dados de 1999 a 2007

**Valores convertidos de Euros para USD.

Conversão feita com base nas taxas médias anuais de conversão de Euros para USD nos anos 2006, 2007, 2008 e 2010.

(fonte: www.oanda.com)

EUREKA

Além de termos mantido a participação nacional a um nível elevado, os representantes nacionais nos órgãos de gestão desta Iniciativa, têm mantido uma participação activa nas principais questões em discussão nos órgãos de gestão. Foi preparado um livro de balanço sobre a participação nacional, a propósito da celebração do 25º aniversário desta Iniciativa.

Quadro 9

Esforço Nacional para Participação portuguesa no EUREKA

Data de aprovação prevista	Tipo de Projecto			(Nº de Projectos)
	Cluster	Normal	EUROSTARS	Total
2011	5	15	7	27
2012	1	6	6	13
2013		1		1
Não identificada		11	4	15
Total	6	33	17	56

Fonte: AdI

Referimos em geral nos Relatórios de Gestão o número de projectos aprovados em cada ano. Para melhor ser entendido o esforço da AdI para vir a atingir esses resultados, vamos dar alguns indicadores sobre o número de projectos que poderão vir potencialmente a ser aprovados fazendo o levantamento dos contratos que estavam em curso no fim de 2010. As situações variam desde projectos que já entraram, em processo de aprovação da Rede e que por alguma razão ainda não recolheram o apoio de todos os parceiros envolvidos, até ideias de projecto que ainda procurem parceiros internacionais. O trabalho dos técnicos da AdI é muito variado, desde suscitar o desencadear de projectos por parte de empresas portuguesas, procederem aos contactos com os secretariados EUREKA dos outros países para identificarem parceiros interessados, até à procura de empresas portuguesas por solicitação de parceiros de outros Estados-membros.

EUROSTARS

Esta tipologia de projectos EUREKA tem vindo a ganhar cada vez mais importância. No último concurso aberto em 2010 Portugal apresentou 26 candidaturas das quais foram consideradas elegíveis e avaliadas 24, tendo sido aprovadas 10, o que representa uma taxa de sucesso de 41,6% que confronta bem com a taxa média de 35,6% de projectos aprovados em média total nessa chamada. De salientar que as PME portuguesas lideravam 6 dos 10 projectos aprovados. Convém também chamar a atenção para a boa posição no ranking dos projectos aprovados.

Dos 10 aprovados, colocámos 7 no *top 50*, 5 no *top 30*, 3 no *top 20* e 2 no *top 10*. Estes dados são significativos da qualidade da candidatura portuguesa a este Programa e esclarecem muito sobre o caminho que as PME portuguesas percorreram desde a adesão à UE.

4. Dinamização e apoio à Valorização de Resultados de I&D

Foi um ano intenso em Bolsas de Contacto internacionais.

Cinco realizaram-se em Portugal: uma na Marinha Grande no âmbito da Rede EUREKA, integrada como é tradição, na “Semana dos Moldes” do Sector. Outra em Lisboa, a convite dos organizadores de um congresso internacional sobre hortifruticultura. A maioria das participações foi organizada no âmbito da rede europeia EEN. Só uma teve lugar fora do continente europeu, o Fórum Anual do IBEROEKA, que desta vez foi organizado no México sobre o tema das tecnologias energéticas.

Quadro 10
Bolsas de Contacto

Bolsas de Contacto	Ano	Local	Participantes	Países	Empresas	Insti. de I&D	Outros	Reuniões Bilaterais
Mobile World Congress Brokerage Event 2010	2010	Barcelona	948	35	31	0	0	128
BE Future Match 2010 - CEBIT	2010	Hannover	374	46	19	0	0	150
5th Taste Nutrition Health Congress - Business Meetings	2010	Dijon	91	13	1	0	1	6
Telemedicine and Health ICT in Portugal and Norway Company Meetings	2010	Lisboa	16	2	16	0	0	56
B.I.O NDays	2010	Valence	170	9	1	0	0	3
Digital Lifestyle	2010	Porto	41	2	27	0	1	117
ESOF 2010 - Fórum Europeu da Ciência	2010	Turim	228	14	3	1	0	39
Horticulture Brokerage Event	2010	Lisboa	529	22	126	267	38	162
Industrial Technologies 2010	2010	Bruxelas	1004	39	2	4	0	26
Moulds Event 2010	2010	M.Grande	47	7	22	23	2	47
IBC Matchmaking Event	2010	Amsterdão	173	18	1	0	0	4
TECHA 2010: Innovation at the service of Heritage	2010	Arles	53	4	1	0	0	9
E-learning Business Match 2010	2010	Atenas	38	5	2	1	0	20
Wines of Portugal International Conference Brokerage	2010	Porto	42	4	33	9	0	72
Life Science Brokerage and Company Mission	2010	Edimburgo	75	9	1	0	0	11
Ecobusiness Cooperation Report	2010	Rimini	325	12	1	1	0	17
Fórum CYTED Iberoeka - Energia: Fontes e Aplicações	2010	México	303	18	75	60	71	304

Fonte: AdI

A Agência de Inovação foi convidada para participar no **Portugal Tecnológico 2010** no fim de Setembro, na FIL em Lisboa.

No nosso *stand*, além da disponibilização de informação sobre os serviços e apoios disponibilizados pela AdI, propiciámos espaço para 70 empresas de base tecnológica que temos vindo a apoiar e que assim tiveram oportunidade de divulgarem os seus mais recentes resultados. Ao fundo do *stand*, numa parede

de 15 metros apresentámos uma montagem de centenas de recortes sobre a inovação em Portugal, que a imprensa portuguesa publicou nos últimos anos. Com esta **“Parede da Inovação”** procurámos transmitir a ideia que a inovação tecnológica já não constitui mais um conjunto reduzido de casos excepcionais, mas emerge como uma realidade significativa, presente nos mais diversos sectores de actividade económica. É nossa intensão que a parede seja actualizada para apresentação em próximos eventos, constituindo mais um dos meios permanentes da divulgação, a par do “Mapa do Portugal Inovador”, da “Montra do Portugal Inovador” e do “Cubo da Inovação”, etc.



Estivemos também presentes, como vem sendo habitual, no “Portugal Exportador” contribuindo com a oferta dos nossos serviços de apoio à internacionalização.

Continuámos a participar com outras entidades em prémios à Inovação e à Criatividade. Destacamos o Prémio Nacional de Indústrias Criativas organizado com a Fundação de Serralves e a UNICER.

No Âmbito da actividade das Redes Internacionais que integramos, continuámos a organizar a participação nacional em “Bolsa de Contacto” para dinamizar novos parceiros para novos projectos

colaborativos. Destacamos pela sua relevância a organização de um “Brokerage Event” no âmbito do 28º Congresso Internacional de Horticultura, que pela primeira vez se realizou em Portugal.

Tivemos a inscrição de mais de quinhentos participantes, de 76 países, com mais de 700 reuniões bilaterais solicitadas. Sendo normal que a maioria dos participantes fosse europeia, destaca-se a importância da representação asiática.

Apresentamos, também, um Quadro com a participação pelos principais países.

Quadro 11
**“Brokerage Event” no
 28º Congresso Internacional de Horticultura**

Participantes por Países	
Principais Países	Nº de Participantes
Spain	49
China	41
Italy	41
Brasil	28
Iran	26
Japan	24
Portugal	22
USA	21
The Netherlands	16
Germany	14
South Africa	13
India	12
Other	222
Total	529

Fonte: AdI

Esta experiência, para que fomos convidados, aponta para um novo foco de actividade de intermediação, considerando que Portugal se tem vindo a posicionar como um destino competitivo para a realização de congressos profissionais e empresariais. Constituem oportunidades não só para dinamizar novos projectos de cooperação em investigação e desenvolvimento, como também para divulgar resultados da inovação. Pela dimensão e âmbito especializado, estes eventos constituem boas oportunidades para ajudar a “mudar a imagem internacional do País”. Obviamente que para termos sucesso devemos atender às especificidades dessas reuniões. É obviamente uma situação diferente daquela que temos quando organizamos *Brokerage Events* especializados. Mas a importância dos

participantes que assim se podem envolver, justifica o esforço para desenvolver as metodologias e procedimentos mais adequados.

Dada a importância dos projectos de I&D que estão a terminar, importa aumentar e aprofundar as actividades de divulgação. Os actuais constrangimentos orçamentais colocam uma condicionante que tem de ser de algum modo ultrapassada porque o tempo para divulgação útil da inovação tem uma “janela de oportunidade” muito estreita. O que não podermos divulgar hoje já será pouco útil amanhã.

Propomo-nos aproveitar as oportunidades de abordar em território nacional, públicos internacionais. Constituem oportunidades de, a custos mais limitados, atingir público internacional.

Além dos congressos internacionais, profissionais e de negócios, devem também ser aproveitadas as feiras sectoriais mais representativas, com participações internacionais e as infra-estruturas de passagem que constituem as gares de transportes internacionais com destaque para os nossos principais aeroportos. Estes aspectos serão mais detalhados na Proposta de Plano de Actividades da AdI para 2011, tendo em atenção a sua importância e especificidade.

Na linha de ajudar as empresas nacionais a fornecerem grandes clientes de referência internacional destacamos a venda de cabos eléctricos para o observatório do ESO, no Chile, e para o CERN em condições exigentes de utilização. A particular atenção dada a este sector deriva das perspectivas de mercado e de evolução tecnológica face às perspectivas de evolução das energias renováveis oceânicas e aplicações na mobilidade eléctrica.

Têm sido realizados contactos com potenciais investidores públicos em produtos que vão incorporar novas tecnologias, no sentido de vir a criar oportunidades de mercado de demonstração.

Para dar conta pública do nosso trabalho e dos resultados que tem permitido alcançar, a Adi tem recorrido a vários canais de divulgação além das *Jornadas de Inovação*. Nomeadamente pela divulgação pela página *web*, pela edição de uma revista, pela publicação avulsa de relatórios especializados, catálogos de projectos e produtos, etc.

Considerando o volume da informação e a sua relevância para o conhecimento dos instrumentos de política que tem contribuído para o dinamismo de I&D e Inovação empresariais, considerou-se oportuno iniciar a publicação de uma colecção de livros denominada “RESULTADOS”.

O primeiro volume, “Estágios Tecnológicos no CERN, ESA e ESO”, foi lançado a propósito de uma sessão pública de balanço deste programa de estágios para licenciados nestes 3 grandes laboratórios internacionais, que a AdI tem vindo a dinamizar e a gerir desde 1996. Além de uma detalhada análise estatística da execução do programa e dos seus resultados, são recolhidos testemunhos dos participantes, que foi possível contactar, sobre a relevância dos estágios para a sua vida profissional e mesmo empresarial nos casos em que os estágios possibilitaram a criação de empresas de base tecnológica.

Além da edição em papel, o livro está disponível pela web nas versões em português e em inglês.

Estão em preparação outros livros, nomeadamente sobre a participação portuguesa na Iniciativa EUREKA, que vai ser editado a propósito do 25º aniversário da sua constituição em Hannover; sobre o impacto da Medida de Apoio à Contratação de Doutores e Mestres pelas Empresas, que durante mais de uma década foi um dos instrumentos importantes para a dinamização das actividades de I&D nas empresas e que foi descontinuado com o fim do programa operacional que o financiava.

Nos dois casos já foram recolhidos numerosos testemunhos sobre o impacto destas medidas. Prevê-se a sua edição para 2011 em momento oportuno.

Estas edições além de visarem a divulgação de resultados e da análise do seu impacto são também uma oportunidade para reflectir sobre as políticas utilizadas e eventualmente sobre futuras necessidades.

Contributos para a melhoria dos instrumentos de política

Como resultado da sua actividade de apoio à I&D empresarial e de acompanhamento dos seus resultados a AdI tem vindo a propor, sempre que isso é considerado oportuno.

QREN – Desde o início que a AdI assumiu uma postura activa de sugestões para a própria concepção do programa na vertente de apoio à I&D empresarial.

Durante a sua aplicação, temos procurado sugerir medidas que melhorem e simplifiquem o seu funcionamento, desde a fase de candidatura, ao encerramento dos projectos, passando pelo acompanhamento.

EUREKA e EUROSTARS – Desde 2008, com a nossa Presidência da Iniciativa EUREKA, temos vindo a aumentar a nossa participação activa no sentido de melhorar o funcionamento deste programa.

Ultimamente os nossos esforços têm incidido particularmente na melhoria do funcionamento do EUROSTARS, capitalizado na avaliação destes primeiros anos de experiência. No EUREKA temos vindo a participar activamente na concepção de um sistema de capital de risco internacional para ajudar a financiar o lançamento no mercado de produtos resultantes dos seus projectos de I&D.

IBEROEKA – No seguimento dos acordos estabelecidos para intensificar a cooperação com o Brasil, a AdI propôs um mecanismo de financiamento expedito, que possibilitasse uma avaliação conjunta com a nossa congénere brasileira.

ECOPOL – Fomos convidados pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, para participarmos num projecto europeu para analisar as políticas de eco-inovação. Convite a que anuímos com muito gosto, dado considerarmos esta, uma área estratégica.

O Conselho de Administração,

ANEXO I

Em cumprimento com o disposto no artigo 13.º- A, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e de acordo com a aplicação dos Princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, as empresas públicas devem:

“Incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes Princípios de bom governo.”

Ponto 1 – Governo Societário

1. Missão, objectivos e políticas da empresa

1.1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida

A missão da AdI é promover a inovação e desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

O cumprimento da nossa missão encontra-se esclarecido nos pontos 1 a 4 do Relatório de Gestão de 2010.

1.2. Indicação dos objectivos e do grau de cumprimento dos mesmos

Os principais objectivos da AdI são definidos da seguinte forma:

- Promover a inserção de Recursos Humanos altamente qualificados nas empresas;
- Apoiar a inovação de base tecnológica através da I&D;
- Estimular a interligação das empresas com as instituições de I&D¹;
- Incentivar a valorização dos resultados de I&D;
- Promover a transferência de tecnologia.

Do mesmo modo, o cumprimento dos nossos objectivos encontra-se identificado nos pontos 1 a 4 do Relatório de Gestão 2010.

¹ I&D – Investigação e Desenvolvimento

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Sendo a Agência de Inovação uma sociedade anónima está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

No cumprimento do objecto social da AdI, nomeadamente, o desenvolvimento de acções destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, a AdI suporta-se de um conjunto de Programas e/ou Projectos dos quais podemos destacar:

QREN - A AdI é o Organismo Técnico competente para os Projectos contemplados no Regulamento do SI&DT² nas empresas do Programa QREN, ou seja, os projectos em Co-Promoção entre empresas ou entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico e os Projectos Mobilizadores.

Desse modo encontra-se sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão aprovado em CMC QREN em 18/09/2009 e rectificado em 20/04/2010;
- Regulamento de Execução da Assistência Técnica, aprovado pela CMC do POFC em 16/07/2008;
- Regulamento Específico Assistência Técnica, aprovado pela CMC dos PO Regionais do Continente em 19/06/2008 e alterado em 05/06/2009;

SIFIDE - Sendo membro da Comissão Certificadora do SIFIDE³ e entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo à respectiva Comissão deve cumprir com o estipulado no Despacho n.º 3368/98 (2.ª Série) e demais legislação sequente.

EUREKA - A AdI é a Entidade Nacional representante do Programa Eureka é obrigada a cumprir o estipulado no Despacho Conjunto MNE/ME/MCT DR nº 60, II Série, de 12 de Março de 1997 bem como as regras e responsabilidades definidas pelo Programa Eureka.

Nesse âmbito e com o aparecimento do Programa Eurostars, que surgiu como uma nova forma de apoio às PME's⁴ com actividades de I&D e resulta do esforço de colaboração entre a Iniciativa EUREKA e a Comissão Europeia, sendo a AdI a Entidade Gestora do mesmo, deve igualmente

² SI&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e ao Desenvolvimento Tecnológico

³ SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

⁴ PME's – Pequenas e Médias Empresas

cumprir com o contrato celebrado com o Secretariado do Eureka, bem como as orientações supra referidas.

COMISSÃO EUROPEIA - De igual modo, na prossecução do objecto social a Adl é entidade promotora em vários Projectos co-financiados por programas da Comissão Europeia, nomeadamente o 7.º PQ, o CIP e o INTERREG onde devemos cumprir quer as normas definidas por cada Programa, os regulamentos da Comissão Europeia bem como os regulamentos definidos pelo IFDR enquanto Controlador Nacional desses Programas.

Quanto aos procedimentos a adoptar para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Adl está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Relativamente a matéria laboral e social, a Adl rege-se pelo Código do Trabalho e Regulamentação ao Código do Trabalho e demais legislação complementar, aprovada pela Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro rectificada pela Lei 21/2009, de 18 de Março e regulamentada pela Lei 105/2009, de 14 de Agosto.

Em termos de normas internas e apesar de existência de alguma informação definida, encontramos em fase de desenvolvimento de um manual de procedimentos bem como da definição de um Código de Ética.

3. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas refere-se o pagamento das rendas, que actualmente passaram a ser feitas ao IAPMEI, na sequência das alterações institucionais que envolveram o INETI.

4. Informação sobre outras transacções

- 4.1. Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Relativamente aos procedimentos adoptados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Adl é entidade adjudicante, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 2 do DL 18/2008, e como tal as adjudicações realizadas no ano de 2010, tiveram por base a legislação em vigor.

De forma sucinta podemos agrupar as aquisições de bens e serviços em três grupos:

- A maioria das despesas foi efectuada ao abrigo dos artigos 128º e 129º, ou seja pelo procedimento de Ajuste Directo, regime simplificado;
- As aquisições com valores acima dos 5.000,00€ foram realizadas através da plataforma electrónica *compras.pt*;
- Os contratos de prestação de serviços em vigor foram celebrados ao abrigo do DL 197/99 de 8 de Junho.

4.2. Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transacção que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

4.3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)

IAPMEI, pagamento rendas	276.860,16 €
--------------------------	--------------

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos órgãos sociais

O capital social da Agência de Inovação – Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A. é de 5.176.376,50 € composto por 1.037.350 Acções com o valor nominal de 4.99 Euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo detido pelas seguintes entidades:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%
PME Investimentos	33%
IAPMEI	17%

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Lino Manuel Gomes Fernandes

Vice-Presidente: Eng. António Paulo Sá e Cunha

Vogal: Eng. Fernando Duarte Bello Pinheiro

Fiscal Único

Efectivo: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha & Costa, SROC, representada por José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues, ROC

Suplente: João da Rocha Abrantes Costa, ROC

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

6.1. Estatuto remuneratório

Mesa Assembleia Geral

Presidente: Prof. Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral – senha de presença de 670,00 €

Conselho de Administração

Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 5.971,00 € paga 14 vezes por ano;

Vice-Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 5.433,00 € paga 14 vezes por ano;

Vogal: Sem qualquer remuneração mensal.

Fiscal Único: Remuneração de 790,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, 12 vezes por ano.

6.2. Remunerações e outras regalias auferidas no ano de 2010

DESCRIÇÃO	PRESIDENTE	VICE PRESIDENTE
1. REMUNERAÇÃO		
1.1 REMUNERAÇÃO BASE/FIXA	83.594,00	76.062,00
1.2 REDUÇÃO DA LEI 12-A (30/06/2010)	---	---
1.2 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DE GESTÃO	---	---
1.3 PRÉMIOS DE GESTÃO	---	---
1.4 IHT (SUB. DE ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO)	---	---
2. OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES		
2.1 GASTOS NA UTILIZAÇÃO DE TELEFONES	968,25	1.993,68
2.2 VALOR DE AQUISIÇÃO/RENDA DAS VIATURAS DE SERVIÇO	38.800,00	32.701,85
2.3 VALOR DO COMBUSTÍVEL GASTO COM AS VIATURAS DE SERVIÇO	2.060,11	4.868,35
2.4 SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO	---	---
2.5 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	1.403,79	1.140,98
2.6 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE) - AJUDAS DE CUSTO	422,53	---
3. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS		
3.1 REGIME CONVENCIONADO	6.801,54	9.250,56
3.2 SEGUROS DE SAÚDE	---	---
3.3 SEGUROS DE VIDA	---	---
3.4 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---

DESCRIÇÃO	PRESIDENTE	VICE PRESIDENTE
4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
4.1 OPÇÃO PELO VENCIMENTO DE ORIGEM (S/N)	N	N
4.2 REGIME CONVENCIONADO		
4.2.1 SEGURANÇA SOCIAL (S/N)	N	N
4.2.2 OUTRO (S/N)	S	S
4.3 ANO DE AQUISIÇÃO DA VIATURA DE SERVIÇO	2004	2004
4.4 EXERCÍCIO FUNÇÕES REMUNERADAS FORA GRUPO		
4.5 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)		

7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

7.1. Estratégias adoptadas

7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade [pontos abordados no Relatório de Gestão]

7.4. Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa

Entendemos que a conjuntura económica actual seja uma dificuldade nas duas vertentes da nossa actividade:

- Em relação aos Programas Gestores, nomeadamente o QREN, a dificuldade na abertura de novos concursos devido a cortes orçamentais;
- Em relação às entidades candidatas/promotoras a necessidade de racionalização de custos coloca um entrave ao incentivo ao I&DT⁵ nas empresas.

7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Para precaver as situações referidas a Adl tem vindo a candidatar-se a outros programas, que dentro das linhas da sua actividade gerem fontes de financiamento alternativas, assim como tem vindo a estudar e a fundamentar o aprofundamento de outras linhas de trabalho.

A Adl define-se pelo cumprimento dos Princípios de bom governo definidos no anexo à RCM n.º 49/2007, destacando a existência de um sistema de controlo de riscos, adequado à protecção

⁵ I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

dos seus activos, bem como o cumprimento da prevenção de conflitos de interesses pelos membros do Conselho de Administração.

A gestão da Empresa teve sempre presente, ao longo de 2010, os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a actividade.

7.6. Responsabilidade Social

7.6.1. Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

A Adl pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível do recrutamento de novos colaboradores, quer ao nível da evolução profissional e recusa qualquer prática de discriminação, designadamente em função de género, ideologia, religião ou raça.

7.6.2. Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores.

A Adl pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos colaboradores através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho.

7.6.3. Adopção de práticas ambientalmente correctas

A Adl adopta os princípios do desenvolvimento sustentável assumindo a vertente ambiental como parte integrante do seu desempenho empresarial através de acções internas de comunicação e divulgação de boas práticas ambientais junto dos colaboradores bem como o cumprimento da legislação nacional em vigor.

7.7. Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável traduz-se na procura da satisfação das necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades e possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de

desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. A AdI promove o desenvolvimento de acções destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal tendo vindo a dinamizar projectos numa vertente mais ecológica e ambiental, promovendo igualmente a inovação ao nível do sector agro-alimentar e das energias renováveis.

A criação de valor e desenvolvimento sustentável é transmitido pelo incremento do I&DT em Portugal e o cumprimento dos objectivos definidos no Plano Tecnológico.

7.8. Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade

O serviço público que a AdI presta traduz-se no cumprimento dos projectos que detém quer pela taxa de execução dos incentivos ao I&DT aprovados e acompanhados, quer pela divulgação e promoção de contactos entre várias entidades.

Além das visitas para encerramento dos projectos, realizamos inquéritos sobre os resultados e interesse dos Programas que gerimos. Publicámos recentemente depois de discussão pública um balanço do Programa de apoios aos estágios de jovens licenciados no CERN, ESA, ESO. E Estamos a preparar um balanço da actividade EUREKA e do Programa de colocação de Mestres e Doutores nas empresas. Em qualquer dos casos com inquérito aos beneficiários. As actividades de divulgação incluem a divulgação ao público em geral como é o caso das Exposições realizadas nas Jornadas de Inovação.

7.9. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa

Entendemos que este ponto não se aplica quer à missão quer aos objectivos da AdI.

7.10. Planos de acção para o futuro

Assunto abordado no Relatório de Gestão.

8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

A AdI considera pois que foram criadas as condições que permitem a aplicação dos Princípios de bom governo, de modo contínuo e empenhado, como segue:

- O desenvolvimento da sua Missão de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 159/2007 de 27 de Abril;

- O cumprimento dos objectivos delineados em sede dos vários Programas e Projectos existentes na Adl em que intervimos quer como Organismo Técnico, Entidade Gestora ou Promotor;
- A implementação de uma estratégia de contenção das despesas e racionalização dos investimentos a efectuar, procurando obter o maior rendimento com o mínimo custo possível;
- A existência de Auditores Externos;
- A existência de mecanismos para prevenção de conflito de interesses;
- A existência de um *site* próprio na internet (www.adi.pt) com as informações relevantes da empresa;
- De referir porém que nos encontramos em contacto com as demais entidades competentes no sentido de implementar os mecanismos necessários por forma a cumprir com o disposto nos Princípios relativos à divulgação de informação.

9. Existência de um Código de Ética

Apesar da existência de vários manuais e documentos formativos, a Adl tem vindo a desenvolver esforços no sentido da elaboração e disponibilização do Código de Ética.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa de modo a proteger os investimentos e seus activos

No cumprimento do ponto 19 do anexo à RCM nº 49/2007 a Empresa dispõe de um sistema de controlo de riscos, cujos normativos já foram referidos no ponto 1 n.º 2 deste relatório.

11. Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido no ponto 22 do anexo à RCM nº 49/2007 sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

12. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação prevista na RCM 49/2007, de 28 de Março

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama		X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais		X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos		X		
Remuneração dos órgãos sociais		X		
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transacções fora das condições de mercado		X		
Transacções relevantes com entidades relacionadas		X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental				
Código de Ética		X		
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Ponto 2 – A explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objectivos de gestão previstos encontram-se especificados no ponto 1 a 4 do Relatório de Gestão.

Ponto 3 – Este ponto referente à gestão do risco financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro não se aplica à AdI.

Ponto 4 – Em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro e a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril informamos que prazo médio de pagamentos ronda os 30 dias.

Ponto 5 – À presente data, a AdI teve conhecimento da necessidade de cumprimento dos deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 1477/2008, de 23 de Maio, sendo que encontra-se em contacto com a DGTF e a IGF no sentido de regularizar a situação.

Ponto 6 – A AdI tem cumprido com as recomendações dos accionistas aquando da aprovação das contas.

Ponto 7 – Relativamente ao cumprimento da não actualização dos salários nominais a Adl cumpre com o estipulado na Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro e na Resolução do Conselho de Ministros 1/2011.

Ponto 8 - Foi dado cumprimento ao Despacho nº 5696-A/2010 de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, que determinou a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do órgão de administração. O detalhe das remunerações pagas consta no ponto 1 n.º 6.2.

Ponto 9 – Relativamente aos procedimentos adoptados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, encontra-se referido no Ponto 1 n.º 4.1.

Em termos de despesa de valor igual ou superior a 125.000,00€ registamos apenas o pagamento mensal da renda das instalações da Adl em Lisboa cujo contrato foi celebrado em 2004.

Em 2010 foi liquidado o valor de 276.860,16 € ao IAPMEI.

Realçamos que a Adl prima pela boa prática de actos de boa gestão em todos os procedimentos efectuados, sendo que, não descurando as características de cada aquisição, os critérios de adjudicação visaram o preço e/ou a relação qualidade/preço.

Ponto 10 – Entende-se que o cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril não se aplicam à nossa organização.

Ponto 11 - A Adl aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas, no entanto, desenvolve os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através da plataforma electrónica *compras.pt*

Ponto 12 – A Adl não tinha conhecimento da necessidade de aplicabilidade do disposto no Art.º 12.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, dada a dificuldade de designação da organização no âmbito do Sector Empresarial do Estado que só ficou devidamente esclarecida no início de 2011, com o parecer da Sociedade Rebelo de Sousa & Associados, RL que impunha a aplicabilidade da Lei 55-A/2010 e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011.

Logo imediatamente deu-se cumprimento à redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração, tendo sido repostos pelos mesmos os valores devidos.

Ponto 13 - No que se refere ao cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a AdI encontra-se em contacto no sentido de verificar as circunstâncias relativas à exigência de abertura de conta no IGCP.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de **20.816,87** **EUROS** (vinte mil oitocentos e dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos) seja aplicado no reforço da Reserva Legal, de acordo com o número 1 do Artigo 295 do Código das Sociedades Comerciais.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência de Inovação, S.A. passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital	€5.176.376,50
Reservas Legais	<u>€182.208,80</u>
	€5.358.585,30

B – Contas de 2010

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	1.041.254,68	1.190.053,94
Propriedades de investimento	9	1.499.139,85	1.534.000,00
Activos intangíveis	7	146.404,25	150.191,72
		2.686.798,78	2.874.245,66
Activo corrente			
Clientes	16	4.960,89	49.930,89
Estado e outros entes públicos	15	54.399,32	11.539,69
Outras contas a receber	16	6.161.114,40	10.037.805,80
Diferimentos		84.672,06	111.869,39
Caixa e depósitos bancários	4	7.484.798,21	8.308.500,28
		13.789.944,88	18.519.646,05
Total do activo		16.476.743,66	21.393.891,71
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	18		
Capital realizado	16	5.176.376,50	5.176.376,50
Reservas legais		35.487,79	29.656,97
Resultados transitados		80.219,29	-54.558,11
Excedentes de revalorização	7;8	266.675,72	261.829,48
Outras variações no capital próprio	12	420.549,74	480.630,20
Resultado líquido do período		20.816,87	186.293,07
Total do capital próprio		6.000.125,91	6.080.228,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	255.000,00	639.904,59
Passivos por impostos diferidos	15	247.775,16	267.689,54
		502.775,16	907.594,13
Passivo corrente			
Fornecedores	16	137.282,57	545.684,23
Estado e outros entes públicos	15	82.225,34	139.438,71
Outras contas a pagar	16	9.737.221,88	13.704.517,77
Diferimentos		17.112,80	16.428,76
		9.973.842,59	14.406.069,47
Total do passivo		10.476.617,75	15.313.663,60
Total do capital próprio e do passivo		16.476.743,66	21.393.891,71

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	10	666,64	121.179,51
Subsídios à exploração	12	4.033.028,12	6.413.850,15
Fornecimentos e serviços externos		(1.446.738,10)	(2.981.454,63)
Gastos com o pessoal	17;6	(2.921.724,27)	(2.983.162,67)
Provisões (aumentos/reduções)	11	384.904,59	(439.904,59)
Outros rendimentos e ganhos	10	345.278,59	459.753,06
Outros gastos e perdas		(144.691,32)	(96.293,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		250.724,25	493.967,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(256.911,51)	(281.297,73)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6.187,26)	212.669,89
Juros e gastos similares suportados		(1.497,32)	
Resultado antes de impostos		(7.684,58)	212.669,89
Imposto sobre o rendimento do período	15	28.501,45	(26.376,82)
Resultado líquido do período		20.816,87	186.293,07

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		45.636,64	76.209,51
Pagamentos a fornecedores		1.813.180,83	2.898.791,54
Pagamentos ao pessoal		2.926.826,96	2.914.458,03
Caixa gerada pelas operações		(4.694.371,15)	(5.737.040,06)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		79.765,19	(173.278,12)
Outros recebimentos/pagamentos		3.911.825,70	866.054,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(862.310,64)	(4.697.707,35)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>	8	19.650,86	431.545,81
<i>Activos intangíveis</i>	7;8	48.299,55	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		74.065,88	444.955,83
<i>Juros e rendimentos similares</i>		19.788,19	56.984,45
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		25.903,66	70.394,47
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		1.497,32	1.267,02
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(1.497,32)	(1.267,02)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(837.904,30)	(4.628.579,90)
Efeito das diferenças de câmbio		(13,26)	(15,21)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.308.500,28	12.937.095,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.484.798,21	8.308.500,28

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período de 2010
(montantes em euros)**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	5.176.377				29.657		5.831				125.904	5.337.768		5.337.768
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção do novo referencial								(60.389)		261.829	480.630	60.389	742.460		742.460
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										6.594			6.594		6.594
Ajustamentos por impostos diferidos										(1.747)	21.662		19.914		19.914
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						5.831		134.777		0	(81.742)	(186.293)	(127.427)		(127.427)
	7					5.831		74.388		266.676	420.550	(125.904)	641.541		641.541
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											20.817	20.817		20.817
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											662.357	662.357		662.357
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6+7+8+10	5.176.377				35.488		80.219		266.676	420.550	20.817	6.000.126		6.000.126

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período de 2010
(montantes em euros)**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	5.176.377				29.657						5.831	5.211.864		5.211.864
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								5.831				(5.831)	0		0
	2							5.831				(5.831)	0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											125.904	125.904		125.904
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											125.904	125.904		125.904
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	5.176.377				29.657		5.831				125.904	5.337.768		5.337.768

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Anexos às Contas

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: AGÊNCIA DE INOVAÇÃO S.A.
Sede social: Edifício IDIT, Rua do IDIT - Espargo
Endereço electrónico: adi@adi.pt
Página da internet: www.adi.pt
Natureza da actividade: Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adopção do novo referencial

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro deve ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

2.4.1 Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

A transição dos PCGA anteriores para as NCRF implicou as seguintes reclassificações:

POC	SNC	Valor
Imobilizações Corpóreas 421-Terrenos 422-Edifícios	Propriedades de Investimento 4212-Terrenos 4222-Edifícios	311.748,69€ 1.416.605,34€
Imobilizações Corpóreas 425-Ferramentas e Utensílios	Activo Fixo Tangível 437-Outros Activos Fixos Tangíveis	96.209,89€
Imobilizações Corpóreas 426-Equipamento Administrativo	Activo Fixo Intangível 443-Programas de Computadores	726.626,09€
Subsídios Para Investimentos 2745-Subsídios Para Investimentos	Subsídios 5931-Antes de Imposto s/Rendimento	653.918,64€

Para além da reclassificação de Imobilizações Corpóreas para Propriedades de Investimento, procedeu-se à alteração na mensuração das referidas Propriedade de Investimento utilizando-se o Justo Valor como Custo Considerado, beneficiando-se assim da isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº 3.

2.4.2 Reconciliação do capital próprio e do resultado relatados segundo os PCGA anteriores com o capital próprio e o resultado segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores, conforme quadro seguinte:

Descrição	POC	Ajustamentos	Erros	SNC/NCM
Capital próprio	5.337.768,43	742.459,68		6.080.228,11
Resultados Transitados	5.830,82	(60.388,93)		(54.558,11)
Reconhecimento de activos/passivos	60.388,93	(60.388,93)		
Outros	(54.558,11)			(54.558,11)
Resultado líquido	125.904,14	60.388,93		186.293,07
Reconhecimento de activos/passivos	(60.388,93)	60.388,93		
Outros	186.293,07			186.293,07
Outras Rubricas	5.206.033,47	742.459,68		5.948.493,15
Reconhecimento de activos/passivos	267.689,54	(267.689,54)		
Nova mensuração de activos/passivos	(356.230,58)	356.230,58		
Outros	5.294.574,51	653.918,64		5.948.493,15

2.4.3 As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Não são as primeiras Demonstrações Financeiras apresentadas, dado que a Agência de Inovação, S.A. foi criada em 1993, tendo desde essa altura apresentado as respectivas Demonstrações Financeiras de acordo com o POC.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a

teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa (“Goodwil negativo”), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, e à taxa de 25% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 Outras políticas contábilísticas relevantes

Para além das políticas contábilísticas referidas anteriormente, existe um esquema contábilístico próprio desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores. Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278-"Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contábilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contábilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não houve juízos de valor emanados do Órgão de Gestão sobre a aplicação das políticas contábilísticas.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não se prevêem no ano financeiro seguinte riscos significativos que possam provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não existem incertezas significativas nas estimativas para o próximo exercício económico, as quais possam envolver um risco relevante de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos.

4 - Fluxos de caixa

Balanço - (modelo normal) - Caixa e depósitos bancários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Caixa e seus equivalentes no fim do período

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.000,00			3.000,00
Depósitos à ordem	8.305.500,28		823.702,07	7.481.798,21
Outros depósitos bancários				
Total	8.308.500,28		823.702,07	7.484.798,21

4.2 Outras informações

Descrição	Valor
Recebimentos de indemnizações seguros não vida	
Recebimentos de subsídios à exploração	1.165.618,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos de Caixa e seus equivalentes que não se encontrem disponíveis para uso.

5 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - ALTERAÇÕES NO PERÍODO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Alterações de políticas contábilísticas

5.1 Outras divulgações

Não existem alterações nas políticas e estimativas contábilísticas.

6 - Partes relacionadas

Balanço - (modelo normal) - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Balanço - (modelo normal) - Accionistas/sócios

Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Distribuições

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Entradas para cobertura de perdas

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Outras Operações

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de capital

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de prémios de emissão

6.1 Identificação das partes relacionadas

6.1.1 Empresas-mãe e outras entidades que participam no capital da empresa

Grupo - Identificação das entidades que participam no capital da empresa	
Denominação	Fundação Para a Ciência e a Tecnologia
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	2.588.188,25
Capital social detido (%)	50,0
Direitos de voto (%)	50,0
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
NIF	503904040
Denominação	IAPMEI
NIF	501373357
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	873.250,00
Capital social detido (%)	16,9
Direitos de voto (%)	16,9
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
Capital social detido (%)	33,1
Data de início da participação	13-02-2004
Direitos de voto (%)	33,1
NIF	502218835
Denominação	PME Investimentos
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	1.714.938,25
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	

7 - Activos intangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos intangíveis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projectos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamentos act. intangíveis	TOTAL
TOTAIS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		78.327	754.701			120.611		
Amortizações acumuladas totais no fim do período		78.327	728.906					
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.327	726.626			103.890		908.843
Amortizações acumuladas		78.327	680.324					758.651
Saldo no início do período			46.302			103.890		150.192
Variações do período			(20.509)			16.722		(3.787)
Aquisições em primeira mão			28.075					28.075
Outras aquisições						20.224		20.224
Total de aumentos			28.075			20.224		48.300
Amortizações do período			48.584					48.584
Outras diminuições						3.503		3.503
Total diminuições			48.584			3.503		52.087
Saldo no final do período			25.793			120.611		146.404

8 - Activos fixos tangíveis

Balanço - (modelo normal) - Activos fixos tangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos fixos tangíveis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis

8.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	397.345	378.700	79.504	245.439	1.390.593		190.452	10.548		2.692.581
Depreciações acumuladas			79.464	230.513	1.077.145		115.405			1.502.527
Saldo no início do período	397.345	378.700	40	14.927	313.448		75.046	10.548		1.190.054
Variações do período		(11.475)	(10)	(7.463)	(108.853)		(10.450)	(10.548)		(148.799)
Total de aumentos					23.059		2.708	720		26.486
Aquisições em primeira mão					23.059		2.708			25.766
Outros aumentos								720		720
Total diminuições		11.475	10	7.463	131.912		24.426			175.286

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipament o básico	Equipament o de transporte	Equipament o administrativo	Equipament os biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamen tos AFT	TOTAL
Depreciações do período		11.475	10	7.463	130.454		24.066			173.467
Abates					1.318		360			1.678
Outras diminuições					140					140
Outras transferências							11.268	(11.268)		
Saldo no fim do período	397.345	367.225	30	7.463	204.594		64.596			1.041.255
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>397.345</i>	<i>378.700</i>	<i>79.504</i>	<i>245.435</i>	<i>1.389.140</i>		<i>201.971</i>			
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>11.475</i>	<i>79.474</i>	<i>237.976</i>	<i>1.184.546</i>		<i>137.375</i>			

8.2 Divulgações sobre activos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O imóvel incluído no quadro da Nota 8.1 situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres nº11. No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 pela empresa "Value Thinking-Avaliação e Consultoria Imobiliária,Lda", que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado. A depreciação deste Activo Fixo Tangível foi contabilizada pelo Método do Custo durante o exercício de 2010, sendo este também o método a utilizar futuramente.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipament o básico	Equipament o de transporte	Equipament o administrativo	Equipament os biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	312.649	(256.626)						56.023
Variação do período		12.094						12.094
Aumentos								
Diminuições		(12.094)						(12.094)
Outras		(12.094)						(12.094)
Saldo final excedente de revalorização	312.649	(244.532)						68.117

8.3 Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2010 encontram-se em posse de terceiros, Activos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34, correspondendo a um valor líquido contabilístico de € 725,00.

9 - Propriedades de investimento

Balanço - (modelo normal) - Propriedades de investimento

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Aumentos/reduções de justo valor

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Outros activos

9.1 Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro seguinte:

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Fracção C e D e respectivos Parques.

A referida Propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 elaborada pela empresa "Value Thinking-Avaliação e Consultoria Imobiliária,Lda", que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas "Rendas de Mercado". A depreciação desta Propriedade de Investimento foi contabilizada pelo Método do Custo durante o exercício de 2010, sendo este também o método a utilizar futuramente. O Justo Valor a 31-12-2010 da Propriedade de Investimento acima referida não difere do Custo registado na Contabilidade.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no início	383.500,00	1.150.500,00				1.534.000,00
Saldo no início do período	383.500,00	1.150.500,00				1.534.000,00
Variações do período		(34.860,15)				(34.860,15)
Total de aumentos						
Total diminuições		34.860,15				34.860,15
Depreciações do período		34.860,15				34.860,15
Saldo no final do período	383.500,00	1.115.639,85				1.499.139,85

9.2 **Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor
Quantias reconhecidas nos resultados	174.262,26
Rendas e outros rendimentos em propriedade de investimento	166.387,32
Gastos operacionais directos em imóveis que geraram rendimentos	7.874,94
Gastos operacionais directos em imóveis que não geraram rendimentos	
Quantias reconhecidas no passivo	
Obrigações contratuais p/comprar, reparar ou desenvolver propriedades investimento	

9.3 **Outras divulgações**

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das mencionadas anteriormente.

10 - **Rédito**

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Vendas e serviços prestados

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Outros rendimentos e ganhos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Juros e rendimentos similares obtidos

10.1 **Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços**

Rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável. É provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados foram reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

10.2 **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor
Prestação de serviços	666,64
Juros	19.788,19
Total	20.454,83

11 - **Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**

Balanço - (modelo normal) - Provisões

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Provisões (aumentos/reduções)

11.1 **Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			639.905						639.905
Variações no período			(384.905)						(384.905)
Aumentos do período									
Diminuições do período			384.905						384.905
Reversões			384.905						384.905
Saldo no fim do período			255.000						255.000
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Activos contingentes									

11.2 **Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço**

Foi revertida a provisão existente para o passivo contingente afecto à Motorávia por não subsistirem os motivos que levaram à sua criação.

Mantém-se o passivo contingente relacionado com as provisões criadas no seguimento dos processos judiciais interpostos contra a Agência de Inovação por Inês Nogueira e Márcia Silva.

11.3 **Provisões e passivos contingentes provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias: evidenciação das ligações entre provisão e passivo contingente nas divulgações anteriores**

As provisões mencionadas na Nota anterior ascendem a €255.000,00. Deste montante € 230.000,00 referem-se ao processo a decorrer no Tribunal de Trabalho de Lisboa em que a autora é Inês Nogueira e € 25.000,00 referem-se ao processo a decorrer no mesmo Tribunal em que a autora é Márcia Silva.

A contingência de passivo decorrente do processo interposto por Inês Nogueira foi reconhecida em 2006, tendo sido constituída uma provisão por € 80.851,77. Desde 2007 até 2009 foram feitos reforços à provisão inicial nos montantes de € 59.148,23, € 60.000,00 e € 30.000,00 respectivamente.

A contingência de passivo decorrente do processo interposto por Márcia Silva foi reconhecida em 2009 pelo valor de € 25.000,00, não tendo sido efectuado nenhum reforço no ano de 2010.

Ambos os processos encontram-se em fase de julgamento.

11.4 **Descrição da natureza dos activos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro. (Caso seja impraticável fazer esta divulgação, declarar esse facto)**

Não existem activos contingentes à data do Balanço.

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Balanço - (modelo normal) - Outras variações no capital próprio

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Subsídios à exploração

12.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os Subsídios do Governo são tratados de acordo com um esquema contabilístico próprio desde o exercício de 2006 até ao presente. A adopção deste esquema visou espelhar com mais clareza os fluxos existentes de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores, ambos financiados com verbas do Orçamento de Estado.

Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278-"Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	54.561,39	149.036,09		
Para activos fixos tangíveis	26.486,28	125.158,48		
Equipamento de transporte		7.463,41		
Equipamento administrativo	23.058,69	96.695,75		
Outros activos fixos tangíveis	3.427,59	20.999,32		
Para activos intangíveis	28.075,11	23.877,61		
Programas de computador	28.075,11	23.877,61		
Para outras naturezas de activos				
Subsídios à exploração	4.033.028,12	4.033.028,12		
Valor dos reembolsos efectuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	4.059.514,40	4.158.186,60		

13 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Demonstração Resultados por Funções - Gastos de distribuição

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

13.1 Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com excepção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte:

Descrição	Capitais Próprios	Resultados
Saldo no início do período		
Movimentos do período		
Diferenças de câmbio favoráveis		0,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis		13,26
Saldo no final do período		

13.2 **Razão para o uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional**

Não foi utilizada moeda de apresentação diferente da moeda funcional.

13.3 **Razão para a alteração na moeda funcional (em relação quer à entidade que relata quer a uma unidade operacional estrangeira significativa)**

Não houve alteração da moeda funcional.

14 - **Acontecimentos após a data do balanço**

14.1 **Autorização para emissão:**

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Comissão Executiva da Agência de Inovação, S.A.

14.2 **Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições**

Não foram recebidas informações adicionais após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço.

14.3 **Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos**

Não houve qualquer ajustamento proveniente de acontecimentos ocorridos após a data do Balanço.

15 - **Impostos sobre o rendimento**

Balanço - (modelo normal) - Activos por impostos diferidos

Balanço - (modelo normal) - Estado e outros entes públicos

Balanço - (modelo normal) - Passivos por impostos diferidos

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ajustamentos por impostos diferidos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imposto sobre o rendimento do período

15.1 **Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor
Resultado antes de impostos do período	(7.684,58)
Imposto corrente	10.589,87
Imposto diferido	(39.091,32)
Imposto sobre o rendimento do período	(28.501,45)
Tributações autónomas	9.628,55
Taxa efectiva de imposto	(1,38)

15.2 **Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte**

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total
Imposto do período	(28.501,45)		(28.501,45)
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	(39.091,32)		(39.091,32)
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de activos	1.747,29		1.747,29
Outros	(40.838,61)		(40.838,61)
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:			
Impostos do período - discriminação:			
Imposto diferido	(39.091,32)		(39.091,32)
Imposto corrente	10.589,87		

15.3 **Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro seguinte**

Descrição	Período	Período anterior
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos		
Soma A		
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Revalorização de de activos	362.824,11	356.230,58
Outras diferenças temporárias	572.176,51	653.918,64
Soma B	935.000,62	1.010.149,22
Valores reflectidos no balanço		
Activos por impostos diferidos (Soma A x taxa(s))		
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))		

15.4 **Outras divulgações**

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das já mencionadas anteriormente.

16 - Instrumentos financeiros

- Balanço - (modelo normal) - Accionistas/sócios*
- Balanço - (modelo normal) - Outros activos financeiros*
- Balanço - (modelo normal) - Clientes*
- Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos a fornecedores*
- Balanço - (modelo normal) - Outras contas a receber*
- Balanço - (modelo normal) - Activos financeiros detidos para negociação*
- Balanço - (modelo normal) - Capital realizado*
- Balanço - (modelo normal) - Outros instrumentos capital próprio*
- Balanço - (modelo normal) - Financiamentos obtidos*
- Balanço - (modelo normal) - Outras contas a pagar*
- Balanço - (modelo normal) - Fornecedores*
- Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos de clientes*
- Balanço - (modelo normal) - Passivos financeiros detidos para negociação*
- Balanço - (modelo normal) - Outros passivos financeiros*
- Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*

16.1 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor
Relativos a processos de insolvência e recuperação	
Reclamadas judicialmente	
Em mora:	39.487,07
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	39.487,07
Total	39.487,07

16.2 Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Activos financeiros:	7.484.798,21		4.960,89		
Clientes			4.960,89		
Outros activos financeiros	7.484.798,21				
Passivos financeiros:			3.958.874,81		
Fornecedores			137.004,69		
Outras contas a pagar			3.821.870,12		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					
De activos financeiros	19.788,19				

16.3 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Depósitos à Ordem, os valores existentes em Caixa e os rendimentos de Activos Financeiros foram mensurados ao Justo Valor de acordo com o nº 15 da NCRF nº27 - "Instrumentos Financeiros".

As rubricas de Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Pagar, foram mensuradas ao Custo, de acordo com o nº 12 a) da NCRF nº 27 - "Instrumentos Financeiros"

16.4 Divulgações para cada classe activos financeiros transferidos para uma outra entidade em transacções que não se qualificaram para desreconhecimento

Não houve transferência de activos financeiros para outra entidade em transacções que não se qualificaram para desreconhecimento.

16.5 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não foram contraídos quaisquer empréstimos nem existe qualquer incumprimento relacionado com empréstimos.

16.6 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

O capital social da Agência de Inovação, S.A. ascende a € 5.176.376,50, o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

16.7 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal.

O número de acções nominativas representativas do capital social ascende a 1.037.350, sendo o seu valor nominal de €4,99.

16.8 Reconciliação, para cada classe de acções, entre o número de acções em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transacções com acções próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de acções).

O número de acções no início e no final de 2010 permaneceu inalterado.

16.9 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efectuada como custos de emissão

Não foi realizado qualquer aumento de capital durante o exercício de 2010.

16.10 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respectiva quantia acumulada à data do balanço.

Não foram emitidos quaisquer outros instrumentos de Capital Próprio durante o ano de 2010.

17 - Benefícios dos empregados

Balanco - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

17.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	85,00	160.196,00
Pessoas remuneradas	85,00	160.196,00
Pessoas não remuneradas		
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	85,00	160.196,00
Pessoas a tempo completo	85,00	160.196,00
(das quais pessoas remuneradas)	85,00	160.196,00
Pessoas na tempo parcial		
(das quais pessoas remuneradas)		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	85,00	160.195,00
Masculino	20,00	37.693,00
Feminino	65,00	122.502,00
Pessoas ao serviço da empresa afectas a I&D		
Prestadores de serviços	2,00	3.750,00
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário		

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	2.921.724,27
Remunerações dos órgãos sociais	159.986,14
Remunerações do pessoal	2.196.613,42
Encargos sobre as remunerações	486.101,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	18.074,95
Outros gastos com o pessoal	60.948,15
(dos quais: formação)	11.098,32

17.3 Benefícios pós-emprego

A Agência de Inovação, S.A. não tem nem criou quaisquer "Benefícios Pós-Emprego" aos seus colaboradores.

17.4 Outros benefícios a longo prazo de empregados

Não existem benefícios a longo prazo para os empregados da Agência de Inovação, S.A.

17.5 Benefícios de cessação de emprego

Não existiram benefícios de cessação de emprego durante o ano de 2010.

17.6 Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota para além das mencionadas anteriormente.

18 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Balanço - (modelo normal) - Capital próprio

18.1 Informação por actividade económica

Descrição	Actividade CAE 1	Actividade CAE 2	Actividade CAE 3	Actividade CAE 4	Actividade CAE 5	Total
Vendas						
Prestações de serviços	667					667
Fornecimentos e serviços externos	1.446.738					1.446.738
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas						
Número médio de pessoas ao serviço	85					85
Gastos com o pessoal	2.921.724					2.921.724
Remunerações	2.842.701					2.842.701
Outros gastos	79.023					79.023
Activos fixos tangíveis						
Valor líquido final	1.041.255					1.041.255
Total das aquisições	25.766					25.766
Adições no período de activos em curso	720					720
Propriedades de investimento						
Valor líquido final	1.499.140					1.499.140

18.2 Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	666,64			666,64
Fornecimentos e serviços externos	1.446.738,10			1.446.738,10
Aquisições de activos fixos tangíveis	25.766,33			25.766,33
Aquisições de activos intangíveis	48.299,55			48.299,55
Rendimentos suplementares:				

18.3 Decomposição e movimento dos itens de capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	5.176.376,50			5.176.376,50
Reservas	29.656,97		5.830,82	35.487,79
Reservas legais	29.656,97		5.830,82	35.487,79
Resultados transitados	(54.558,11)	60.220,99	194.998,39	80.219,29
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	261.829,48	8.705,32	13.551,56	266.675,72
Outros excedentes	261.829,48	8.705,32	13.551,56	266.675,72
Outras variações nos capitais próprios	480.630,20	179.027,48	118.947,02	420.549,74
Subsídios	480.630,20	179.027,48	118.947,02	420.549,74
Total	5.893.935,04	247.953,79	333.327,79	5.979.309,04

18.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

19 - Outras informações

19.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Não existem quaisquer outras divulgações dignas de Nota, para além das mencionadas anteriormente, que sejam relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Parecer do Fiscal Único



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores
Batalha e Costa Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2010, a actividade da empresa **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

- 1 - Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da Empresa no termo do exercício de 2010.
- 2 - Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 21 de Março de 2011,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC n.º 681

O.R.O.C. Inscrição n.º 115 ■ Registada na C.M.V.M. n.º 8936 ■ nipc 503188220

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Av. do Vidreiro, 174 - 1.ª frente
2430-202 Marinha Grande
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070



Certificação Legal das Contas



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores
Batalha e Costa Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** reportadas a 31 de Dezembro de 2010, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de balanço de € 16.476.743,66 (dezasseis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta e três euros e sessenta e seis cêntimos) e um total de capital próprio de € 6.000.125,91 (seis milhões, cento e vinte e cinco euros e noventa e um cêntimos), incluindo um resultado líquido de € 20.816,87 (vinte mil, oitocentos e dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se

O.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.U.M. nº 8936 ■ nipc 503188220

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Av. do Vidreiro, 174 - 1ª frente
2430-202 Marinha Grande
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070





as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sede:

Escritório:



Azevedo Rodrigues Sociedade de Revisores
Batalha e Costa Oficiais de Contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

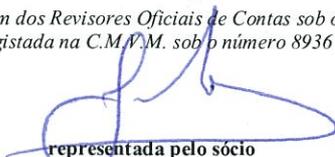
Lisboa, 21 de Março de 2011

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA E COSTA

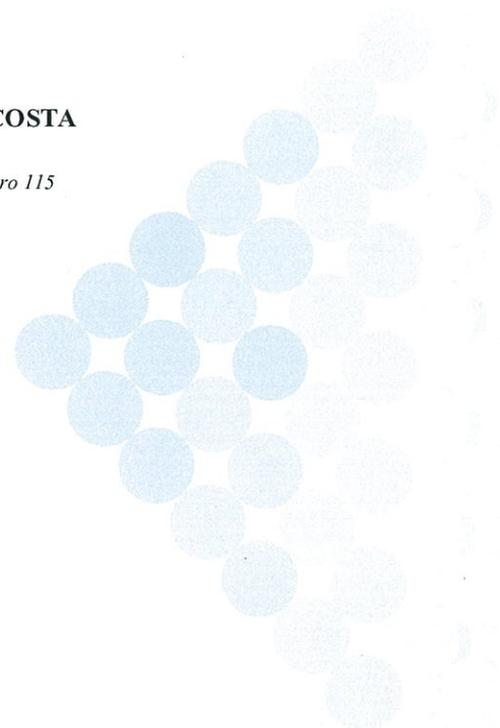
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936


representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681



Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritórios B e C / 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Av. do Vidreiro, 174 - 1º frente
2430-202 Marinha Grande
Tel. 244 560 203 Fax. 244 568 070